

A formação profissional do aluno surdo nas Escolas Técnicas da Rede FAETEC

Ana Cristina de Carvalho¹

*“...Um homem se humilha, se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida e vida é trabalho
E sem o seu trabalho o homem não tem honra
E sem a sua honra se morre, se mata
Não dá pra ser feliz... Não dá pra ser feliz...”
Gonzaguinha – Guerreiro Menino*

O trabalho constitui-se em uma via de inclusão social da população com deficiência e, conseqüentemente, em uma forma de proporcionar a sua emancipação social. No Brasil, a formação profissional da pessoa com deficiência vem sendo amplamente discutida no âmbito da Educação.

Discutir a formação educacional de alunos com necessidades especiais já é um tema que traz em si diferentes concepções. Falar da formação profissional torna-se algo mais profundo, haja vista os conceitos cristalizados, os estereótipos em relação à pessoa com deficiência, que a situam como incapaz de receber formação e atuar de forma igualitária no mercado de trabalho. Entretanto, essa visão errônea não pode servir de barreira ao trabalho para sua formação profissional, pois, apesar das limitações físicas ou mentais, a pessoa com deficiência não necessariamente está incapacitada para o exercício de atividades laborais, que devem contribuir para a redução das desigualdades e evitar o subjetivismo, a discriminação, combatendo a exclusão social e promovendo a cidadania.

A deficiência de Conhecimento é particularmente alta em relação à pessoa com deficiência. (Marcelo Neri)

Sabemos haver uma legislação que aponta o direito ao trabalho como uma das conquistas econômicas e sociais de relevância na vida das pessoas com deficiências. Apesar do estabelecimento de cotas – tanto no serviço público, quanto na iniciativa

¹ *Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Psicopedagoga pela PUC-Rio: Psicopedagogia Diferencial; Problemas na Aprendizagem. Especialista em Educação Especial pela Uni-Rio. Passagem como coordenadora do Grupo de Apoio à Inclusão no Ensino Infantil e Fundamental/Faetec. Passagem como professora de Escola Especial/ Faetec. Passagem como orientadora de Escola Especial/SEE. Passagem como coordenadora do setor de Psicologia/Pestalozzi do Brasil. Coordenadora da Divisão de Inclusão da Fundação de Apoio à Escola Técnica/Faetec. ana_cc2004@yahoo.com.br / coord.pi@faetec.rj.gov.br*

privada –, o exercício desse direito está longe de se tornar uma realidade, em face das barreiras não só ao acesso, mas também à participação dessas pessoas na educação de maneira geral e nos diferentes níveis de formação na chamada educação profissional.

No Brasil, 24 milhões de indivíduos (Censo 2000) se enquadram na definição de pessoa com deficiência. Desse número, nove milhões estão em idade de trabalho, mas apenas 1 milhão trabalha.

O que podemos observar no Brasil é que a formação de ensino profissionalizante sempre foi oferecida à população jovem/adulta com deficiência, quase que exclusivamente, de forma segregada, em oficinas abrigadas, que podiam ser definidas como um local supervisionado, situado em instituições especiais, com o objetivo de apenas integrar socialmente através do trabalho.

O início do movimento de Inclusão na rede FAETEC

A construção do Movimento da Inclusão na Educação Profissional na Rede de Ensino FAETEC foi estruturada a partir de um programa de promoção e valorização da diversidade humana, do acesso e da qualidade na Educação, tendo em vista a decisão política da Instituição no sentido de possibilitar o acesso de pessoas com deficiências à Rede de Ensino FAETEC.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), por estar presente em todas as macrorregiões políticas e econômicas do Estado do Rio de Janeiro, e ter como proposta transformar-se em vetor de igualdade e de oportunidades para milhares de jovens em situação de exclusão, pela sua história de formação para o trabalho, bem como pela sua infra-estrutura, reúne todas as condições para atuar nesta realidade de modo transformador e com a possibilidade de uma política voltada para a inclusão.

Esse processo teve início com base numa política de discriminação positiva, na qual 30% das vagas no concurso para as escolas técnicas, cursos concomitantes e pós-médio foram reservadas para pessoas com deficiências – uma ação positiva que gerou desconforto nas unidades escolares e, conseqüentemente, a busca por informação e capacitação. Foram oferecidos ciclos de estudos acerca do tema, cursos de Libras, Braille e formação continuada. Em relação ao surdo, a contratação de intérpretes veio legitimar um direito adquirido.

Em 2007 foi proposto um novo desenho: a Gerência do Programa de Inclusão (GPI) passou a ser um Programa de Inclusão (atualmente Divisão), do qual fazem parte os seguintes segmentos: o Centro de Reabilitação e Prevenção em Saúde na Educação (CERPSE), que já integrava a estrutura original do GPI; o Serviço de Apoio Pedagógico à Inclusão (SAPI); o Núcleo de Estudos Étnicos Raciais e Ações Afirmativas (NEERA) e o Serviço Social (SESO), que já atuava na rede, mas sem vinculação com o GPI.

Sendo assim, o Programa fica contemplado em quatro grandes áreas: de saúde, pedagógica, social e na garantia dos direitos das ações afirmativas, que estabelecem pontos de ações distintos, mas com o objetivo comum de respeitar as diferenças de cada um, promovendo a equidade e assim proporcionar uma educação para todos.

A Divisão de Inclusão da rede FAETEC atua junto aos diferentes tipos e pessoas com necessidades educacionais especiais, nos diferentes segmentos:

- creches, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Pós-Médio, Ensino Superior, Formação Inicial e Continuada (CETEP), Centro Vocacionais Tecnológicos (CVT).

Para esta apresentação vou focar os alunos surdos, ingressados pelo sistema de cotas no Ensino Médio Profissionalizante de Concomitância Interna da Rede FAETEC.

Ensino Médio Profissionalizante

- Nas Escolas Técnicas Estaduais é oferecida formação de Nível Médio, em cursos com duração de três anos (diurno) ou quatro anos (noturno). Além do currículo regular, os alunos, matriculados através de concurso, freqüentam aulas específicas, teóricas e práticas, dos cursos referentes à Educação de Nível Técnico.
- O ingresso dá-se por seleção através de provas específicas, observado o sistema de cotas (2%) para as pessoas com necessidades educacionais especiais

Alunos Surdos na Rede FAETEC 2004-2008 Escolas Técnicas de Nível Médio Concomitante				
ANO	Nº DE ALUNOS	CURSO	EVADIDOS	Nº DE INTÉRPRETES
2004	20	Edificações	14	08
2005	56	Administração	34	18
2006	37	P.Marketing Informática	Sem dados	18
2007	17	Patologia Mecânica	02	15
2008	16	Eletrônica	-	18

Analisando esse quadro, percebemos uma grande entrada inicial e, em contrapartida, um grande número de evasões; nos anos seguintes, uma procura menor com uma evasão menor.

Inúmeras são as barreiras para os alunos surdos na sua formação, o que requer encaminhamentos adequados para minimizá-las.

A barreira lingüística

A dificuldade na comunicação entre professor e aluno torna-se um dos principais entraves no desempenho do aluno surdo. E, muitas vezes, esse aluno chega ao Ensino Médio sem o domínio da Língua Portuguesa. A contratação de intérprete e a disponibilização do curso de Libras para a comunidade escolar minimizam esse entrave; entretanto, não o eliminam de forma eficaz.

Extensa grade curricular e carga horária

Os cursos oferecidos pela rede apresentam-se na forma de concomitância interna, ou seja, o aluno cursa o Ensino Médio e o Técnico de forma paralela, o que faz com que a grade e a carga horária sejam extensas. As questões referentes às adaptações curriculares e à revisão do sistema de concomitância interna ainda estão em discussão, mas já há busca de alternativas dentro das unidades escolares.

Termos técnicos

A parte técnica traz à tona uma série de termos técnicos que são novos para os alunos surdos e, muitas vezes, para o próprio intérprete, que precisa buscar formas de codificar o termo para o aluno. Está sendo projetado, através de parcerias, um dicionário de termos técnicos para facilitar a alunos e intérpretes o trabalho de transposição padronizada para a Libras e respectiva compreensão.

Desconhecimento do professor em relação ao aluno surdo

Ainda há um desconhecimento em relação às possibilidades do aluno surdo, o que acarreta pré-julgamentos e exclusão. As palestras, dadas por especialistas na área e corroboradas por histórias de sucesso, são levadas as unidades para discussão.

As ações encaminhadas pela Divisão de Inclusão ainda não se constituem como configuração de garantia de sucesso no desempenho escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. O que esperamos é que significativo número de pessoas com deficiências encontrem na FAETEC oportunidades de formação para o trabalho, a ressignificação das práticas que levem à inclusão no contexto escolar; a remoção de barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno; a valorização e reconhecimento da diversidade humana por parte da comunidade escolar e a promoção de ações educacionais baseadas na equidade.

Com o fortalecimento da Política de Inclusão na Educação na FAETEC e através de ações positivas, obteremos maior qualificação de alunos com necessidades educacionais especiais para o mercado do trabalho.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial: livro 1*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- NERI, Marcelo et al. *Retratos da Deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2003.